ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR TEO SENNA (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 294 e 295/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 34.584/21 e 34.593/21, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Ofícios n.s 215 e 232/21 da Secretaria Municipal de

Governo em resposta a pleitos da CMS; Ofício n.s 238/21 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n. 136/21, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 9.602/21; Veto parcial n. 11/21 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 342/21 do vereador Sandro Bahiense e 343/21 do vereador Marcelo Maia; Projetos de Indicação n.s 557/21 do vereador Marcelo Maia, 558/21 do vereador André Fraga, 559/21 da vereadora Cris Correia, 560/21 da vereadora Roberta Caires e 561/21 do vereador Luiz Carlos Suíca; Projeto de Resolução n. 102/21 do vereador Sílvio Humberto; Requerimentos n.s 217 e 218/21 do vereador Sílvio Humberto; e Moções n.s 148 e 149/21 do vereador Marcelo Maia e 150 e 151/21 do vereador Emerson Penalva. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, o vereador Teo Senna criticou a segurança pública no Estado, apontando omissão do Governo estadual sobre a violência que se verificava crescente. Comentou sobre dados que mostravam esse crescimento da violência na Bahia, enquanto havia decréscimo em outras partes do País. Rejeitou medida sobre armas tomada pelo governador e defendeu o investimento na eficiência da polícia. O vereador Orlando Palhinha comentou sobre a iniciativa de venda do Palácio Rio Branco para a iniciativa privada. Destacou a importância histórica do edifício e expôs detalhes do processo dessa iniciativa, a qual criticou, explicando que o Palácio Rio Branco era tombado e que sua alienação era legalmente vedada. Declarou-se contra essa privatização. A vereadora Laina Crisóstomo convidou para Sessão Especial sobre a violência política de gênero, na quinta-feira pela manhã. Destacou, como maior caso de feminicídio político, o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e apontou a tradicional não-ocupação dos espaços políticos pelas mulheres como uma modalidade de violência. Apontou, ainda, o que se fizera contra a ex-Presidente Dilma Rousseff. Mencionou o assassinato do autor de livro sobre o assassinato de Marielle Franco e pediu a punição dos assassinos da vereadora. Informou prazo relativo à Semana Municipal de Conscientização do Aborto Legal e informou decisão da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre notificação do

Presidente Bolsonaro acerca de dados sobre feminicídio. O vereador Augusto Vasconcelos elogiou o trabalho da equipe da Ouvidoria da CMS, pela qual era responsável, relacionando os bons resultados da Ouvidoria à dedicação dos componentes da equipe. Criticou a alta de preço dos combustíveis, demonstrando o impacto negativo que isso trazia a variadas atividades econômicas. Afirmou que o Brasil era autossuficiente em petróleo, inclusive pelo pré-sal, e atribuiu essa crise à gestão econômica do Governo Federal. Afrimou estar em curso a desnacionalização da Petrobrás, a qual rejeitou. O vereador Marcelo Maia comentou notícias jornalísticas sobre o incêndio no Solar Boa Vista e sobre a promessa, do então governador Jaques Wagner, de restaurar o imóvel, o que não ocorrera. Disse que a única ação realizada no edifício fora da Prefeitura e pediu respeito a Brotas, onde se situava o imóvel. O senhor presidente registrou as presenças dos senhores João Gonçalves, do Clube Bahiano de Tênis, e Evandro Hazzy, diretor de Economia Criativa da Prefeitura de Porto Alegre. Pediu à Assistência Militar que conduzisse os visitantes à antessala do Plenário. O vereador Sílvio Humberto expressou discordância sobre a proibição das festas "paredões", ressaltando a complexidade da questão. Lembrou manifestações populares históricas, como a capoeira, que haviam sido alvo de repressão pública. Discordou da relação feita entre as festas "paredões" e o tráfico de drogas, afirmando que a questão da violência perpassava camadas mais profundas e demandava investimentos em educação e em outras frentes. Opinou ser necessária discussão sobre o assunto, inclusive no tocante a poluição sonora, e sobre como as drogas destruíam talentos. Defendeu a cultura como caminho. O vereador Luiz Carlos Suíca fez saudação do Candomblé. Esclareceu que a Polícia Militar (PM) não fora criação do PT e lembrou que se tratava da mesma instituição que muitas vezes invadira terreiros de Candomblé, além de promover ações como a invasão da UFBA em 2001. Destacou que nenhum desses fatos ocorrera na gestão do PT. Discordou da proibição dos "paredões", afirmando que não se poderia criminalizar uma atividade que se voltava a manifestações musicais. Mencionou

prisão arbitrária e tortura promovidas pela PM na gestão do ex-governador Antônio Imbassahy. A vereadora Maria Marighella comentou sobre o Relatório da CPI da Covid, do Senado Federal, expondo os delitos nele apontados e relacionados ao Presidente Bolsonaro. Explicou que tribunais internacionais examinariam as acusações de violações a direitos humanos atribuídas ao Presidente Bolsonaro e afirmou que, com barbaridade, não se negociava. Pediu que, no contexto do *Novembro Negro*, houvesse audiência pública sobre os conflitos na Cidade e a relação que deles se fazia com os "paredões" e a cultura popular em geral. A vereadora Marta Rodrigues endossou o discurso do vereador Luiz Carlos Suíca, pedindo discussão sobre a violência e lembrando a invasão da UFBA pela PM. Lembrou outras vítimas da violência e comentou sobre o feminicídio. O vereador Tiago Ferreira rejeitou *fake news* a respeito do Governo do Estado e defendeu um olhar sobre a violência baseado nos problemas sociais. Afirmou que as pessoas outrora beneficiadas por programas sociais federais sofriam com a atual gestão do Governo Federal. Também declarou discordância sobre a proibição dos "paredões". O vereador Cláudio Tinoco mencionou o senhor presidente e sua perspectiva de discutir o futuro da Cidade. Saudou os pares que eram membros da Comissão Especial de Acompanhamento da Retomada de Eventos e outros pares que, mesmo não sendo da Comissão, com ela colaboravam. Comentou sobre audiência pública dessa Comissão no dia anterior, citando oficial da PM que declarara haver condições para a o policiamento do Carnaval em 2022. Disse esperar que o governador do Estado acolhesse a perspectiva de se realizar o Carnaval e elogiou esse gestor por sua missão internacional para captação de recursos, considerando que isso, junto a outras ações, indicava haver controle da pandemia. Destacou o Museu Casa do Carnaval, sublinhando a tradição dessa festa e lembrando que ela envolvia não somente os que se divertiam, mas, muitos que nela trabalhavam, o que conferia importância econômica ao evento, inclusive como possível marco restaurador pós-pandemia. O vereador Átila do Congo também expressou discordância sobre a proibição dos "paredões", situando esse

tipo de evento na realidade social e econômica da Periferia. Pediu que houvesse discussão e regulamentação sobre essa atividade e destacou a pobreza na Cidade, que levava grande parcela da população ao trabalho informal. Observou que eventos evangélicos também produziam som alto em espaço público e considerou que, assim como os "paredões", eles deveriam existir, inclusive para gerar renda aos trabalhadores informais. Pediu ao senhor presidente que fizesse se cumprirem normas regimentais relativas ao debate na Casa. Pela ordem, o vereador Anderson Ninho rejeitou a comparação entre "paredões" e eventos evangélicos. Pela ordem, em resposta, o vereador Átila do Congo explicou os termos em que fizera a comparação, assinalando que o estado era laico e que nem todos eram evangélicos. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia. REGISTROS: registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO